

# ADVERSO

Nº 177 - Maio de 2010

**Impresso  
Especial**

0334/2001-DR/RS  
ADUFRGS

...CORREIOS...



ISSN 1980315-X



## Guerra contra a insegurança jurídica

Diretoria de Assuntos Jurídicos do Proifes defende  
professores das instituições federais de ensino superior,  
ameaçados pelos procedimentos adotados por órgãos como  
Tribunal de Contas e Advocacia Geral da União

**Páginas 18 e 19**



# ADUFRGS / 32 ANOS UMA HISTÓRIA DE LUTAS

Em 17 de junho de 1978 surgiu a Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs), que em 2008 tornou-se Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (Adufrgs-Sindical).

Nascida herdeira de uma história de mais de 10 anos de resistência e de enfrentamento ao Regime Militar, consolidou-se como um espaço de reflexão, debate e organização das causas sociais e na defesa da universidade pública e brasileira.

No decorrer dos anos, a Entidade marcou sua presença em movimentos de docentes universitários, no apoio à luta dos estudantes e de outros movimentos sociais.

A todos que fazem parte desta história:

## PARABÉNS!



Sindicato dos Professores das Instituições  
Federais de Ensino Superior de Porto Alegre

Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS  
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188  
secretaria@adufgrs.org.br  
www.adufgrs.org.br

Presidente - Claudio Scherer  
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos  
2º Vice-Presidente - Maria Luíza Ambros von Hollenben  
1ª Secretária - Daniela Marzola Fialho  
2ª Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro  
3ª Secretária - Maria Cristina da Silva Martins  
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva  
2ª Tesoureira - Maria da Graça Saraiva Marques  
3ª Tesoureira - Ana Paula Ravazzolo

### ADVERSO

Publicação mensal impressa em  
papel Reciclado 90 gramas  
Tiragem: 5.000 exemplares  
Impressão: Comunicação Impressa

Produção e Edição:



ISSN 1980315-X



Editora: Adriana Lampert  
Reportagens: Luana Dalzotto, Marco Aurélio Weissheimer e  
Marianna Senderowicz  
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté  
Diagramação: Eduardo Furasté e Facundo de Arriba (estagiário)  
Arte Final: Julio CC Lima Jr



# Editorial

## Relações ético-estéticas nos 32 anos de Adufrgs

Em 17 junho de 2010, a Adufrgs completou 32 anos. Ao longo desse tempo, incessantes modificações econômicas, políticas e sociais moldaram a fisionomia das lutas de nossa entidade. Sem nunca parar de crescer, a Adufrgs aumentou o número de filiados e ampliou sua participação nos acontecimentos das sociedades brasileira e latino-americana. Começou com 22 professores da Ufrgs, em 1978; hoje são mais de três mil, tanto desta, quanto das outras duas instituições de ensino superior de Porto Alegre: a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Desde 3 de dezembro de 2008, se tornou um sindicato municipal autônomo, o que não significa dizer isolado, mas sim que a nova orientação se pauta principalmente na especificidade das demandas de seus associados, fortalecidas por uma articulação política permanente com outras entidades. Significa que a organização das três entidades porto-alegrenses passa a ser independente e desligada das políticas que transformaram nos últimos anos qualquer dificuldade em greve ou proposta de greve. Tal "estratégia" foi a principal responsável por um crescente senso de descrença e de desmobilização da comunidade de docentes do ensino superior brasileiro.

Esse ativismo político desproporcionado e irresponsável conduziu os professores à exaustão e à evasão das formas participativas tradicionais. Pode-se dizer que essa estética política nitidamente sectária e partidária deixou de ser comprometida com a ética diretamente ligada ao trabalho profissional do professor e com o desenvolvimento da universidade pública nacional.

Sobre estes escombros, a Adufrgs, juntamente com outras organizações de docentes em todo o Brasil, tem buscado, com grande empenho, novas formas de defesa contra os ataques aos direitos legais de seus associados. Assim, restabelece-se a conveniência e a coerência das atividades sindicais, colocando em seus devidos lugares e ocasiões os atos e movimentos de protesto quando se fizerem realmente necessários. Ou seja, dessa maneira enfrenta-se a grande questão pautada pela base da nossa e de outras entidades semelhantes no País: uma nova relação político-sindical entre ética e estética.

Portanto, o esforço em negociar com o governo federal tem sido a principal tática extraída de nossas Assembleias Gerais contra o quadro de insegurança dos últimos anos, que gerou um sentimento de desproteção provocado, ainda, por desrespeitos ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada e aos direitos adquiridos. São exemplos disto, as orientações do Tribunal de Contas da União e a transformação de ganhos judiciais incorporados em "vantagens pessoais" comumente congeladas em relação a tabelas de vencimentos. Tudo isso é arrematado pela percepção do jogo político e de conflitos entre setores do governo quanto às questões salariais dos servidores. Se por um lado, o PLP 549/2009 merece destaque e preocupação por sua proposta de limitação de verbas para a educação e a saúde, com óbvio prejuízo da universidade e educação pública em geral, o PLC 555/2006 pode recuperar o direito de isenção de contribuições para aposentados e pensionistas do serviço público.

Nossa atenção no momento se dirige à falta de iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Educação em retomar o diálogo sobre a reestruturação das carreiras docentes do Ensino Superior (ES) e da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT) das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) como parte do Termo de Acordo assinado com o Proifes em 5 de dezembro de 2007 e com última etapa prevista a partir de julho de 2010.

A diretoria da Adufrgs-Sindical quer, em seu aniversário, reafirmar o empenho na defesa dos interesses dos professores das Ifes sob uma coerência ética e estética, que não descarta movimentos enérgicos que se façam necessários.

**Diretoria da Adufrgs-Sindical**

# ÍNDICE

**04****SEGURIDADE SOCIAL****EDUCAÇÃO**Primeira licenciatura do IF-RS em  
Porto Alegre inicia em agosto**07****8****SINDICAL****ARTIGO**Pré-Sal continua em pauta  
por Claudio Scherer/presidente da Adufrgs**10****12****PING-PONG**

Lucio Hagemann

"Batalha pela cobrança de inativos  
agora é no Congresso"

por Marco Aurélio Weissheimer

**VIDA NO CAMPUS**Hospital Veterinário da Ufrgs é  
o terceiro maior do Brasil  
por Marianna Senderowicz**15****18****REPORTAGEM**União ameaça segurança jurídica  
dos servidores federais

por Marco Aurélio Weissheimer

**NOTÍCIAS****20****21****OBSERVATÓRIO****NAVEGUE****22****23****ORELHA****ESPECIAL**Projeto na área da saúde recruta  
docentes e servidores voluntários  
Por Luana Dalzotto**24****25****EM FOCO**Universidade realiza projeto  
inédito a favor da natureza  
Por Luana Dalzotto**+ 1****26****27****SANTIAGO**



# Encontro dos professores aposentados bate recorde de participantes

Por Luana Dalzotto

O 5º Encontro dos Professores Aposentados da Adufrgs-Sindical, realizado no dia 29 de abril, no Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, foi um sucesso de público: cerca de 80 associados participaram do evento. Além de reencontros e atividades de confraternização, a primeira edição do ano contou com palestras e debates sobre assuntos jurídicos relacionados à aposentadoria dos docentes, sobre propostas do governo e do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) para a reestruturação da carreira do magistério superior, e sobre a contribuição dos inativos na Previdência Social. Na ocasião, foram apresentados também dois projetos vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs): o Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa) e a 2ª Feira Restinga Criativa.

A reunião iniciou com a palavra do presidente da Adufrgs, Cláudio Scherer, que agradeceu o apoio dos docentes e afirmou ser parte integrante do grupo. "Como também sou professor aposentado, me sinto em casa conversando com vocês", declarou lembrando que a última eleição da Adufrgs foi decidida pelos professores aposentados. Scherer falou, ainda, sobre o novo movimento docente, iniciado com a criação do Proifes, em 2004, e que a cada dia ganha mais estados adeptos. Citou, por exemplo, as associações dos professores

universitários da Bahia, de Santa Catarina e do Ceará que recentemente desfilaram-se do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes-SN) para aderir ao movimento.

Ainda pela manhã, o assessor jurídico da Adufrgs, Francis Bordas, esclareceu pontos importantes para o grupo, como o prazo de cinco anos para rever a forma de aposentadoria, doenças que se manifestam após o afastamento da universidade, e contagem especial de tempo de serviço em atividades insalubres e perigosas.

Após o almoço, o professor Eduardo Rolim, vice-presidente do Proifes, afirmou ser "uma satisfação pessoal participar do evento e ver o quanto o encontro cresce a cada edição". Em seguida, Rolim fez um resumo das lutas da entidade nacional, relatou o andamento das discussões e anunciou que a mesa de negociação foi fechada pelo governo. Rolim advertiu que não há outra forma de se conseguir a reabertura dos trabalhos, que não seja através de uma forte mobilização dos docentes.

Dando continuidade à palestra do vice-presidente do Proifes, o professor Lucio Hagemann, assessor jurídico da diretoria da Adufrgs, falou sobre a importância da mobilização dos professores – ativos e inativos – para assegurar conquistas, como por exemplo, ganhos judiciais já incluídos na folha de pagamento. "Percebe-se,



Fotos: Suzana



## O que é

Com o objetivo de reunir os docentes aposentados das Instituições Federais de Ensino de Porto Alegre – Ufrgs, UFCSPA e IF-RS/Campus Porto Alegre – para confraternizar e debater direitos relacionados à aposentadoria, a Adufrgs realiza, desde 2008, o Encontro dos Professores Aposentados. O primeiro evento aconteceu durante a segunda gestão do professor Eduardo Rolim frente à presidência da Entidade, na própria sede da Adufrgs, mas, em razão do número de participantes, as últimas edições foram organizadas no Campus Porto Alegre do IF-RS. O encontro começa com um café da manhã e em seguida iniciam as palestras. Após o almoço, acontecem mais debates sobre temas diversos e, normalmente, uma apresentação musical é responsável pelo encerramento.

através da eliminação de direitos adquiridos judicialmente, já vista nos contra cheques de algumas universidades, que a disposição governamental não é das melhores. Por isso, é imprescindível a união da categoria”, comentou.

No final do evento, houve a entrega da placa de Professor Homenageado, destinada à Odair Perugini de Castro, coordenadora da Universidade para a Terceira Idade (Uniti/Ufrgs). O texto da placa parabeniza “pelo seu trabalho e exemplo em mostrar que a aposentadoria é um direito conquistado que deve ser vivido com plenitude, sabedoria e dignidade”. A vice-presidente da Adufrgs, Maria Luiza Ambros von Holleben, lembrou que além de homenagear os docentes que fazem parte da história da Universidade, o título é uma forma de reconhecer a colaboração desses professores nas lutas da Entidade. “A homenagem representa o que a diretoria da Adufrgs considera uma aposentada-modelo”, disse Maria Luiza. Ela aproveitou a ocasião para anunciar o 6º Encontro dos Professores Aposentados, que deverá ocorrer no início do segundo semestre de 2010.

### Projeto reúne voluntários para ação na Restinga

O professor Renato Oliveira, que já foi presidente da Adufrgs, aproveitou o Encontro para apresentar e obter apoio para a 2ª Feira Restinga Criativa. Previsto para

novembro deste ano, o evento, que se organiza territorialmente como política de geração sustentada de renda, está baseado no conceito de indústrias criativas, que têm na inventividade o seu principal artigo econômico. Além de contribuir financeiramente, a Feira pretende resgatar a auto-estima individual e comunitária dos participantes.

Para atuar na capacitação dos produtores locais, Oliveira pretende reunir professores voluntários. “Design de produtos e de moda, música, dança, teatro e gastronomia são áreas de grande potencial dentro da comunidade e, por isso, com maior necessidade de capacitação. Precisamos também de voluntários na área de marketing e gestão cultural de empresas”, informa o professor. Segundo ele, há interesse, ainda, em micro-empresas que colaborem com a produção e comercialização dos produtos desenvolvidos para o projeto.


A 1ª Feira Restinga Criativa aconteceu em 2007. Na ocasião foram cadastradas mais de 120 pessoas que, na época, realizavam atividades permanentes voltadas para o artesanato, produção em moda, música e instrumentos musicais. A escolha pela Restinga se deu por duas razões: pela sua incessante produção cultural (duas escolas de samba, atividades esportivas permanentes como políticas de prevenção à violência junto a crianças e adolescentes, e uma extensa rede de artesãos e produtores culturais) e pelos baixos índices de qualidade de vida e socialização. Atualmente, é a segunda região de Porto Alegre com o pior índice de qualidade de vida e estima-se que, do total de mães da comunidade, 20% sejam adolescentes.

### Modelo britânico

Além de crescer em um ritmo superior a todos os outros setores da economia, a indústria criativa, atualmente, é responsável por 7% do produto bruto mundial. “Nós consideramos que isso poderia ser um projeto de geração de renda, com base nesse foco de indústrias criativas a partir da capacitação desses produtores culturais. Com esse objetivo realizamos a primeira Feira, com a ideia de romper limites locais. Todos os 82 expositores que participaram, venderam alguma coisa”, lembra Oliveira. ➤





Ele ressalta que a Inglaterra foi o primeiro país a se dar conta da importância desse segmento e criou, nos anos 90, um departamento específico para esse setor da economia. Quase 20 anos depois, a área criativa do país engloba em torno de dois milhões de pessoas e é responsável por cerca de 6% da receita em comércio exterior do Reino Unido e por um pouco mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. A Unesco também percebeu a relevância do segmento e desenvolveu uma rede internacional de cidades criativas que reúnem atividades voltadas para a literatura, música, artes midiáticas e tradicionais, gastronomia, design e artesanato. Este ano, o Banco Mundial organizou um simpósio em Amsterdã, com ênfase nos países subdesenvolvidos, a fim de colaborar na recuperação de regiões economicamente decadentes. 



Oliveira convocou professores voluntários para capacitação de produtores na Restinga

## Quando a aposentadoria bate à porta



Para alguns docentes, a chegada da aposentadoria é um período difícil, pois representa um corte nas atividades rotineiras. Para outros, é o momento de tomar novos rumos e se dedicar a objetivos que há muito esperam por sua vez. É o caso da professora aposentada do Departamento de Bioquímica da Ufrgs, Basílica Catharina de Souza que se afastou da Universidade para trabalhar na Secretaria Regional da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência. “Queria mergulhar nesse universo, por isso, no final de 1989 me aposentei”, explica. Aos poucos, ela foi se desligando também da SBPC para voltar-se ao Movimento da Renovação Carismática Católica da Arquidiocese. Ativa, Basílica participa do Encontro dos Professores Aposentados sempre que a sua agenda permite. “Hoje tenho menos tempo do que quando trabalhava. No domingo, organizo minha agenda para o resto da semana”, diverte-se. Para ela, o evento é importante porque, além de rever os antigos colegas de trabalho, possibilita acompanhar as ações relacionadas aos professores, ativos e aposentados, e às reivindicações da classe.

Estreante no Encontro, a professora da Faculdade de Biblioteconomia, Lourdes Catharina Josephina Cechetto Gregol Faundes da Silva aproveitou o último evento para colocar a conversa em dia com pessoas que não via desde 1994, época de sua aposentadoria. Ainda hoje, Lourdes relembra com emoção a dor que foi se afastar da Universidade. “Se eu pudesse, não teria me aposentado. Foi um corte abrupto na minha vida”, lamenta. Mas ela conta que a aflição foi compensada pela felicidade de acompanhar mais de perto o dia-dia da família.

Antes da Ufrgs, Lourdes foi responsável pela Biblioteca do Sesc, onde deixou um acervo de 140 mil volumes e um serviço de bibliotecas comunitárias em cidades do interior do Rio Grande do Sul. Também, por 12 anos, foi presidente da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários. Na Universidade, colaborou na criação do Departamento de Biblioteconomia e foi eleita diretora da Faculdade.





# Primeira licenciatura do IF-RS em Porto Alegre inicia em agosto

O Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IF-RS) tem novidades para o segundo semestre de 2010. Além de um curso técnico em panificação e confeitaria e três cursos superiores tecnológicos nas áreas de processos gerenciais, meio ambiente e informática, em agosto inicia a primeira licenciatura ministrada no campus da Capital.

Ciências da Natureza com habilitação em Biologia e Química é uma inovação não só por ser a primeira licenciatura da Instituição, mas por pretender traduzir necessidades do cenário da educação nacional, em especial nas áreas de química e biologia.

Sem uma grade curricular, a graduação está estruturada em nove etapas - que equivalem a quatro anos e meio - com temas norteadores que vão de Terra e Universo à Ciência e Sociedade. Cada etapa tem, ainda, três unidades de aprendizagem: a científica, que irá trabalhar conteúdos que dão suporte para as áreas de biologia e química; a pedagógica, que permitirá que o aluno conheça e reconheça o universo escolar; e a unidade de aprendizagem integradora, que vai associar os conhecimentos de química, biologia e ciências da natureza a métodos de aprendizado.

Cada uma das unidades tem competências específicas que devem orientar o processo de avaliação. O aluno não será testado apenas no quesito conhecimento, mas também nos aspectos procedimentais. "Ele tem que dominar o que faz, porque o conhecimento, se dissociado do fazer, tem pouca utilidade na vida prática", afirma o coordenador da licenciatura, Lúcio Olímpio Vieira.

O professor explica que o curso foi elaborado com foco na formação de docentes e nos resultados de diferentes instrumentos de avaliação de aprendizagem do aluno, como o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (Saers) e a Prova Brasil. Para ele, os baixos índices alcançados pelo ensino brasileiro nesses programas têm relação direta com a qualidade de instrução dos docentes. A prova do Saers, por exemplo, mostra que o ensino do Estado, que já ocupou os primeiros lugares no cenário nacional, está perdendo posições. Vieira lembra que, em avaliações internacionais, o Brasil está longe do nível desejado de ensino.


Os **Institutos Federais**, criados em 2008, são uma novidade no cenário da educação nacional, pois, oferecem uma nova forma de oferta de ensino técnico, tecnológico e cursos de graduação.

Até a data de criação do Campus Porto Alegre do IF-RS, a escola era vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). No Estado, atualmente existem três Institutos Federais: em Bento Gonçalves, onde está sediada a reitoria do Campus Porto Alegre, em Pelotas e em Santa Maria.

## Desafio é melhorar qualidade de ensino

Como tudo que é novo, o curso foi elaborado cercado por desafios. O principal deles é justificar, com a prática, a necessidade de se apresentar mais uma licenciatura em ciências na Capital - que já tem universidades, inclusive pública, que oferecem graduações nessa área. Para o professor, a melhor comprovação virá com a melhoria na qualidade de ensino.

Depois de formados, os alunos estarão habilitados a dar aulas de ciências para o ensino fundamental e de biologia e química para o ensino médio. "Queremos formar professores aptos a trabalhar com estudantes de diferentes experiências e objetivos de vida. Para isso, eles terão que desenvolver competências que permitam uma maior flexibilidade ao transitar em universos muitas vezes opostos com indivíduos de diferentes origens", ressalta Vieira. Pensando na diversidade, a grade curricular da licenciatura abordará a educação de jovens adultos e o ensino de crianças com deficiência auditiva, por exemplo.

Cerca de 30% das vagas existentes para os cursos de graduação serão ocupadas via Enem-Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e os outros 70% via exame, previsto para acontecer em junho. O processo seletivo ainda está em discussão. 



Suzana Fries

Lúcio Olímpio coordena curso para formação de docentes



# Reformulação da carreira corre risco de ficar para o próximo governo

Professores das universidades federais brasileiras lutam para que isso não aconteça

O prazo firmado entre o Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Federal (Proifes-Sindicato) e o governo brasileiro para a discussão da reestruturação da carreira docente termina em julho. "O debate acontece de forma tortuosa e, devido ao período eleitoral, o tempo está se esgotando. Não queremos que o assunto se alongue até o próximo mandato", enfatiza Eduardo Rolim de Oliveira, vice-presidente do Proifes.

Desde 2007, o assunto vem mobilizando professores das universidades federais brasileiras, que exigem uma discussão ampla e democrática do tema. Debates aconteceram até outubro do ano passado, mas, conforme o governo, a crise econômica mundial inviabilizou a continuidade dos trabalhos. Para Rolim, a pausa é consequência "da profunda insensibilidade do Planalto, que está abrindo mão de um debate positivo, um espaço de diálogo interessante", critica.


A principal preocupação está relacionada aos prejuízos que a minuta do projeto de lei apresentado pelo governo pode trazer para a classe, em especial para os docentes mais antigos. O rascunho cria a categoria de professor sênior, acima do professor associado. "Isso causaria danos para os atuais docentes, que ficariam mais afastados do topo", alerta Rolim, explicando que a minuta só beneficiaria os mais jovens, "aqueles que estão no início da profissão". No Plano de Reestruturação de Carreira proposto pelo Proifes também é sugerida a criação de uma nova classe, mas no início da carreira docente.

Os critérios de evolução salarial e de ingresso na carreira são outros pontos questionados pelos professores. Hoje, o docente com o título de graduado ingressa na classe de auxiliar, o com o título de mestre, na classe de assistente, e aquele que tiver título de doutor, se enquadra na classe de adjunto. A minuta do projeto de lei criado

pelo governo diz, ainda, que o ingresso ocorrerá no primeiro nível da classe de auxiliar, respeitando a tributação do servidor. O professor começaria na classe inicial, a de auxiliar, e, conforme os critérios de titulação e de mérito, progrediria até chegar à classe final da carreira, "sem que o governo afirme claramente a possibilidade de que todos vão progredir até a classe de sênior", conforme Rolim.

Além disso, a minuta não aborda a equiparação salarial com a carreira de ciência e tecnologia. Prevê, ainda, a criação da gratificação de preceptor, para quem orienta estágios na área de saúde; a retribuição por projetos institucionais, para os que, no regime de dedicação exclusiva, queiram receber por projetos de pesquisa e extensão, e cria cargos para coordenação de curso, sem, no entanto, esclarecer as propostas.

A aposentadoria também é uma questão que preocupa os docentes da Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT). Conforme a professora Maria da Graça Saraiva Marques, integrante da Comissão de Carreira do Proifes, "a proposta de reformulação ficou boa, mas há dois pontos que devem ser esclarecidos". O primeiro deles está relacionado com os professores da EBTT, que, segundo o projeto do Proifes, poderiam dar aulas no Ensino Superior (ES) sem perder a aposentadoria especial. Mas, para o governo, só não perdem este direito os docentes que respeitarem o prazo máximo de dois anos de trabalho em instituições de ES.

Outro ponto a ser discutido pela EBTT é a possibilidade de ascensão na carreira para professores que não têm mestrado e doutorado. "Estamos lutando para que haja a progressão na carreira através do trabalho e do desempenho - e não só por meio da capacitação", salienta Maria da Graça. "Nós queremos fazer carreiras semelhantes para os dois níveis", finaliza. 

## Principais pontos da proposta de reestruturação de carreira apresentada pelo Proifes

- Criação de uma classe mais alongada, porém, com base na estrutura da carreira atual
- Definição das regras para o enquadramento dos professores ativos e aposentados
- Isonomia entre as carreiras dos professores do ES e EBTT
- Estabelecimento de padrões para os steps do vencimento básico e da retribuição por titulação
- Incorporação da gratificação específica do magistério superior e da

gratificação específica de atividade docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

- Progressão acelerada na carreira pela excelência acadêmica
- Valorização salarial pela progressão na carreira
- Equiparação do piso e teto para o professor das Ifes aos níveis dos profissionais da Carreira de Ciência e Tecnologia
- Interstício de 18 meses para as progressões
- Manutenção do cargo de professor titular



# A luta contra o PLP 549/09

Por Gil Vicente Reis de Figueiredo/ Professor doutor e presidente do Proifes

## Primeiro o PLP 01/07

Como parte do conjunto de medidas que integravam o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/07, que propunha a limitação, até 2016, da despesa com pessoal e encargos sociais para cada poder e órgão da União, permitida apenas a correção do valor liquidado no exercício anterior pela inflação (IPCA), acrescida de 1,5% ao ano.

Desde logo, diversas entidades sindicais – dentre as quais o Proifes – se opuseram frontalmente à iniciativa, que, se aprovada, impediria a manutenção e a expansão da oferta de serviços públicos de qualidade, em especial nas áreas sociais, e implicaria reduzir os valores reais dos salários pagos aos servidores. Isso porque só o aumento vegetativo da folha (promoções, progressão na carreira, etc.), somado ao crescimento populacional, já superaria aquele percentual – uma absoluta contradição com os objetivos do PAC.

O tema foi agendado como ponto prioritário no Grupo de Trabalho de Negociação Coletiva instituído pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para debater com os servidores públicos

federais (SPFs) a obrigação do Estado de com eles negociar. A forte pressão exercida fez com que, em agosto de 2007, fosse realizada no Congresso Nacional a primeira reunião sobre o assunto, envolvendo: pelo Legislativo federal, o deputado José Pimentel (PT/CE), relator do PLP 01/07 e o deputado Henrique Fontana (PT/RS), vice-líder do governo na Câmara dos Deputados; pelo Executivo, o MPOG, com a presença do secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira Governo; e pela Bancada Sindical, as seguintes entidades: CUT, Proifes (único representante dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior na Bancada), Condsef, CNTSS/CUT, Fenajuve, Unafisco Sindical, Unacon, Sindireceita, Sinasempu e Sinait.

Seguiram-se outras reuniões e finalmente, alguns meses depois, o relator do PLP 01/07, deputado José Pimentel, cedeu, informando à Bancada Sindical que havia decidido retirar o caráter limitador do percentual de 1,5%, que passaria de 'teto' dos reajustes das despesas de pessoal e encargos, para 'piso', isto é, essas despesas deveriam ser majoradas anualmente em pelo menos 1,5%. Configurou-se, assim, uma extraordinária vitória.

## Agora o PLP 549/09

No dia 16 de dezembro de 2009, contudo, foi votado no Senado Federal o PLS 611/07, similar em sua essência ao PLP 01/07. Isso foi afirmado pelo próprio relator, senador Édison Lobão, que escreveu no seu relatório: “O Projeto de Lei reproduz, no Senado Federal, o projeto apresentado pelo Poder Executivo no bojo das proposições relativas ao PAC. Inova, todavia, na fixação do limite: enquanto o projeto do Executivo fixa o limite de aumento real da folha de pessoal da União em 1,5% ao ano, o presente projeto propõe 2,5% para o mesmo limite”.

O relator acatou também uma emenda que, segundo ele, “aperfeiçoava” esse limitador, definindo-o como o menor valor entre 2,5% e o crescimento do PIB do ano anterior ao respectivo exercício – em outras palavras, caso o PIB fique estagnado, congela-se a folha dos SPFs. Resultado da votação: o PLS 611/07 foi aprovado pela unanimidade dos 48 senadores presentes. Do Senado, o PL seguiu para a Câmara dos Deputados, onde recebeu o número PLP 549/09.

A reação das entidades representativas de SPFs foi de novo vigorosa. No dia 30 de março de 2010, o Proifes, juntamente com outros sindicatos, realizou importante Ato Público no Congresso Nacional, pelo arquivamento do PLP 549/09. Nessa data conseguimos audiências com os deputados Fátima Bezerra (PT-RN), Emiliano José (PT-BA), Alice Portugal (PCdoB-

BA), Efraim Moraes (DEM-PB), Maria Helena Verenose (PSB-RR), Zézeu (PT-BA), Pedro Eugênio (PT-PB), Ângelo Vanhoni (PT-PR), Carlos Abicalil (PT-MT), Chico Lopes (PCdoB-CE), Angela Portela (PT-RR) e, ainda, com o senador Augusto Botelho (PT-RR). Todos se comprometeram a apoiar a nossa causa.

No dia 31 de março, o Proifes foi recebido pelo deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), relator do PLP 549/09 na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal, que se mostrou totalmente aberto ao diálogo, tendo solicitado à Entidade que apresentasse, por escrito, suas posições sobre o assunto, o que foi feito já no dia seguinte.

Duas semanas depois, aconteceu nova manifestação unificada dos SPFs, mais uma vez com a presença do Proifes, desta vez na Esplanada dos Ministérios. Em 05 de maio, o deputado Busato apresentou seu relatório sobre o PLP 549/09, recomendando a rejeição integral do projeto, o que foi apoiado por unanimidade pela CTASP da Câmara, onde todos os deputados seguiram o voto do relator em reunião realizada no dia 12. O Proifes e muitos sindicatos de servidores federais, do Executivo, Legislativo e Judiciário, a CUT e outras centrais sindicais, lotaram o Plenário durante a reunião. O Projeto deve passar agora pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania. (A)

## Posicionamento da Diretoria do Proifes

Frente a esses acontecimentos, a entidade:

- 1) Reafirma sua convicção de que a mobilização dos SPFs foi central para que se tenham obtido os êxitos até este momento conquistados, em defesa da manutenção e da expansão da oferta de serviços públicos de qualidade para a população
- 2) Parabeniza o deputado Luiz Carlos Busato pela precisão do seu trabalho e pela corajosa atitude assumida, considerando que as justificativas por ele apresentadas sintetizam fielmente a inadequação do PLP 549/09 ao interesse público
- 3) Expressa sua firme expectativa de que o voto do deputado Luiz Carlos Busato seja seguido por todos os demais parlamentares
- 4) Sugere às entidades representativas de docentes filiadas ao Proifes que encaminhem manifestações a todos os parlamentares a que possam ter acesso, pedindo que apoiem o referido voto.



# Pré-sal

## continua em pauta

Este é o terceiro artigo sobre o Pré-Sal que a Adverso publica, em menos de um ano. Isto se deve à enorme importância econômica do petróleo e gás natural, que se estima existente na camada geológica chamada pré-sal. O primeiro artigo, denominado O Pré-sal é Nosso, de minha autoria, está no número 169, de agosto de 2009; o segundo, intitulado Análise da Proposta do Governo para o Pré-Sal, escrito por Fernando Siqueira, está no número 170, de setembro de 2009. Como nesses textos são apresentadas as informações básicas sobre o assunto, não as repetiremos aqui. No decorrer deste artigo, falaremos de alguns dados novos, que merecem menção.

por **Claudio Scherer**

professor aposentado do Instituto de Física  
e presidente da Adufrgs Sindical

Até recentemente, a Petrobras já havia feito descobertas na camada do pré-sal de reservas que totalizavam 12 bilhões de barris nas bacias de Santos e Campos (SP). Dois novos poços foram perfurados no litoral do Espírito Santo, no Parque das Baleias, conforme anúncio da empresa, em maio, com os quais as reservas já garantidas chegam a 16 bilhões de barris - mais, portanto, do que os 14 bilhões provados antes das descobertas no pré-sal.

A estimativa de 90 bilhões de barris na camada pré-sal multiplica por sete as reservas brasileiras de petróleo, podendo colocar o Brasil na quarta posição mundial em reservas, atrás apenas da Arábia Saudita, Irã e Iraque. É também notável que as fontes do pré-sal contêm um petróleo leve, de excelente qualidade e alto valor para refino e outras aplicações.

A proposta de marco regulatório para o petróleo do pré-sal, encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2009, contém quatro projetos de lei:

1- Substitui o atual sistema de concessão, pelo qual as empresas vencedoras nos leilões de blocos (áreas para explorar petróleo) são donas do petróleo extraído, pagando à União apenas taxas, de valor muito inferior ao do bem extraído, pelo sistema de partilha, no qual o País é dono do petróleo extraído e ressarcir a empresa pelos seus custos e algum lucro;

2. Cria a empresa estatal Petro-sal, que deverá se encarregar de licitar e administrar os consórcios de partilha, fiscalizando custos e distribuição do produto;

3- Cria o Fundo Social, que deverá absorver todo o lucro da União que provém do petróleo oriundo do pré-sal e aplicá-lo para os fins precípuos de combate à pobreza e desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental;

4- Estabelece que a Petrobras é a única empresa a operar a extração de petróleo e gás natural do pré-sal, trabalhando também para as concessionárias de blocos em regime de Cessão Onerosa, pelo qual a Companhia receberá, em troca de seu serviço, 30% do petróleo removido.

O sistema de concessão, iniciado com a lei 9.478/97, que estabeleceu os contratos de risco, terminou com a exclusividade da União na prospecção e extração de petróleo. Se esses contratos se justificam para a prospecção de petróleo em terra firme, onde a chance de insucesso na perfuração de um poço é grande, eles não se justificam para prospecção nos campos do pré-sal, onde a Petrobras já perfurou 34 poços, em 30 dos quais jorrou petróleo. O risco, no pré-sal é quase nulo. Além disso, a concessão da posse desta riqueza estratégica, para empresas estrangeiras - as únicas, além da Petrobras, com capacidade para extrair petróleo da região do pré-sal - já era condenada pelo presidente Woodrow Wilson, dos Estados Unidos, em 1913: "A nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorar, não zela pelo seu futuro".

A criação do Fundo Social é uma medida importante para o desenvolvimento do Brasil e melhoria das condi-



ções de vida de seu povo. Ela representa uma segurança nacional na prevenção contra dois males comuns associados a descobertas de grandes riquezas no subsolo das nações: o primeiro é a "doença holandesa", com grandes vendas ao exterior - o País recebe um volume expressivo de dólares, o que provoca a valorização da moeda nacional e a divisa barata faz com que os demais setores da indústria e agricultura percam clientes no mercado internacional, porque seus produtos ficam caros. Esta situação é agravada pela facilidade de importação e consequente perda de competitividade no mercado interno. Foi o que aconteceu na Holanda na década de 60, com grande exportação de gás natural, a preços elevados, o que valorizou o florim (moeda holandesa na época) e tornou os demais produtos muito caros, derrubando as exportações.

O segundo é a "maldição do petróleo", um perigo social e político, onde os governos com ganhos monetários fáceis e abundantes tendem a apresentar posturas ditatoriais, propiciando rápido enriquecimento da classe dominante, sem a correspondente melhoria no índice de desenvolvimento humano do povo, com agravamento da pobreza entre as classes trabalhadoras.

Para citar apenas alguns exemplos: veja Iraque, Irã, Venezuela, Bolívia, Nigéria, e tantos outros.

Queremos para o País um desenvolvimento sustentável, procedendo a exploração das reservas brasileiras com critério, de modo a evitar a "maldição do petróleo" e a "doença holandesa". É importante expandir a cadeia local de fornecedores, internalizando a indústria de bens e serviços, e agregar valor ao petróleo bruto e ao gás natural, com vistas à exportação de produtos de qualidade, com valor agregado, retomando os investimentos em refino e petroquímica. Além disso, é preciso garantir que os recursos da União decorrentes do pré-sal se destinem aos investimentos necessários para acelerar o combate à pobreza, à qualificação da educação, e ampliação dos investimentos em inovação científica e tecnológica e na área social.


Para isso está sendo criado o Fundo Social. E não devemos ir "com muita sede ao pote", consumindo o petróleo do pré-sal rapidamente, de modo que as futuras gerações também possam desfrutar desta riqueza. Esperamos que um dia outras formas de energia possam substituir o petróleo como fonte energética, de modo que ele possa ser empregado apenas em usos mais nobres, nos produtos petroquímicos.

Finalmente, quero tocar em um assunto ao qual os movimentos sociais e o povo, em geral, devem atentar. Alguns políticos e parte da mídia têm criado enorme celeuma sobre um ponto de menor importância,

desviando o debate que deveria centrar-se na questão principal: a garantia de que a enorme riqueza que representa o petróleo e gás natural contidos no pré-sal seja integralmente usada em benefício do povo brasileiro. A questão menor a que me refiro é a distribuição dos royalties do petróleo entre estados e municípios. A chamada "emenda Ibsen" provocou uma reação dos governadores do Rio de Janeiro e Espírito Santo, com consequentes manifestações populares, que seriam muito mais apropriadas se fossem em defesa da causa principal, mencionada acima.

No afã de estabelecer justiça na distribuição da riqueza, o deputado Ibsen Pinheiro criou mais problema do que solução. Em vez de concentrar o debate na causa do pré-sal, a referida emenda redistribuiu os royalties também do petróleo do pós-sal, o que traria enormes prejuízos para os chamados estados produtores, provocando uma previsível reação de políticos e do povo desses lugares. A proposta do governo Lula deixava a discussão dos royalties para um segundo tempo. E era correta. Afinal se estava tentando recuperar a maior parcela possível da propriedade do nosso petróleo. Os royalties são somente de 5% a 10%.

Ocorre que os governadores Sergio Cabral e Paulo Hartung deliberadamente desviaram a discussão do tema principal, defendendo publicamente a continuidade da Lei 9.478/97, de Fernando Henrique Cardoso - a antinacional. A luta pelos royalties não pode passar pela concessão a empresas estrangeiras. Nessa postura desastrosa, os governadores reivindicavam os mesmos percentuais no pré-sal que seus estados vinham recebendo dos poços em terra. Ou seja, mais de 50% dos royalties e participação especial. Isso tornaria riquíssimos três estados e deixaria o resto do País na pobreza. Eles chegaram a dizer que não tinha sentido o Piauí e outros estados do nordeste receberem royalties. Esqueceram que, se esses locais continuarem pobres, exportarão seus miseráveis para o Rio de Janeiro e São Paulo, povoando as favelas.

Como bem disse Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet): "Estamos no limiar do pico de produção mundial e os países do primeiro mundo estão numa grande insegurança energética. EUA, Europa e Ásia têm reservas de petróleo muito aquém de suas necessidades para os próximos anos. Precisam desesperadamente importar petróleo e quem o tiver, terá cada vez maior poder e, com ele, irá obter inúmeras vantagens com a sua negociação. Como pode o Brasil abrir mão desse poder, sem qualquer retorno? O pré-sal pode transformar o Brasil num país rico e respeitado, desde que exerça a sua soberania com dignidade". 



Lucio Hagemann

# "Batalha pela cobrança de inativos agora é no Congresso"

Os servidores públicos federais aposentados seguem mobilizados em torno da proposta de supressão da contribuição previdenciária dos inativos. Com a negativa da Organização dos Estados Americanos (OEA) em acolher ação de violação de direitos proposta por entidades de servidores do Brasil, o assunto agora está nas mãos do Congresso Nacional. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555, de autoria do ex-deputado Carlos Mota (PSB-MG), propõe a extinção da contribuição previdenciária dos inativos. A PEC aguarda análise da comissão especial instalada na Câmara Federal para discutir o assunto. Nesta entrevista, o advogado Lucio Hagemann, assessor jurídico da Adufrgs, analisa a tramitação dessa ação e fala sobre as expectativas quanto à reversão da cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas.

por Marco Aurélio Weissheimer

Fotos: Suzana Pires

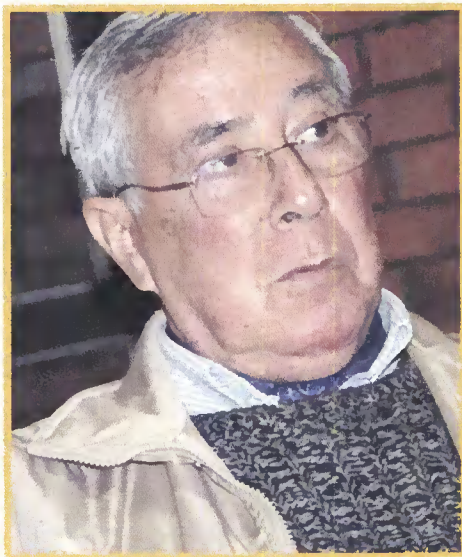


**Adverso: Como nasceu e qual a situação atual do movimento que luta contra a cobrança previdenciária de servidores públicos aposentados?**

**Lucio Hagemann:** Até a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2003, os servidores públicos aposentados, de um modo geral, não contribuíam para a Previdência Social, em função do reconhecimento de que eles já tinham formado um patrimônio que assegurava suas aposentadorias. No decorrer da vida profissional, eles cooperaram para a constituição de um fundo de previdência. No Brasil, esse fundo dos servidores públicos nunca teve uma destinação específica. A contribuição previdenciária dos servidores sempre acabou sendo lançada na caixa do Tesouro Nacional. Por isso, hoje, é muito difícil calcular quanto custa a aposentadoria dos servidores inativos. Nunca houve uma regra específica para contabilizar esses dados.

A Constituição de 1988 manteve a tradição de isenção de contribuição previdenciária dos aposentados até essa decisão do Supremo, que não abordou a matéria constitucional, não alterou a Constituição, mas sim inovou em matéria de decisão judicial invadindo uma área de competência do Poder Legislativo e criando uma contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas. Além disso, estabeleceu um limitador que hoje anda em torno de R\$ 5.500,00 a R\$ 5.800,00. Essa decisão do STF foi questionada por alguns organismos, entre os quais o Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Mosap), o Sindicato Médico do Distrito Federal e a Unafisco Sindical, entre outras entidades, que entraram com um recurso junto à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Comissão da OEA julga a admissibilidade destas questões para remetê-las, se for o caso, para o julgamento em uma instância superior, que é o Tribunal de Direitos Humanos. Há duas condições envolvidas na avaliação da admissibilidade: uma é o esgotamento dos direitos na legislação própria de cada país que participa desse tribunal (no caso do Brasil, a instância máxima é o STF), a outra é a evidente violação



**“Nós ainda temos expectativas positivas quanto ao andamento das iniciativas no Congresso Nacional, mas sabemos que se trata de uma ação muito complexa”**

de direitos. O Mosap e as demais entidades que ingressaram com esse recurso entendem que as duas condições estão presentes. Em primeiro lugar, não há mais a quem apelar no Direito brasileiro, uma vez que a decisão final é do Supremo. Em segundo, houve violação de direito, uma vez que aposentados e pensionistas não contribuíam e passaram a ter que contribuir.

Essa ação esteve sob o exame da OEA por cerca de três anos, mas não chegou a ir para o tribunal. Eles pediram informações ao governo brasileiro sobre o caso. Temos informações de que o Brasil exerceu forte pressão sobre o órgão para que a ação não fosse adiante, como efetivamente não foi. No início de 2009, foi divulgada a decisão pela não admissibilidade da ação. O argumento utilizado, curiosamente, foi de que não tinham sido esgotados os recursos no Direito brasileiro.

**Adverso: A OEA chegou a apontar qual seria a outra instância passível**

**de recurso?**


**Lucio Hagemann:** Não, não chegou a apontar. Eles simplesmente alegaram que não tinha sido esgotada a possibilidade de recurso, o que é uma falácia. O que houve foi uma forte pressão do governo brasileiro para que a ação não fosse admitida.

**Adverso: O que as entidades proponentes do recurso decidiram a partir dessa decisão?**

**Lucio Hagemann:** Diante dessa situação, o Mosap e outros organismos ainda estão pleiteando a supressão do desconto previdenciário, agora em outra instância. Aí é que surge a PEC 555, de autoria do ex-deputado Carlos Mota (PSB/MG), que prevê simplesmente a supressão do desconto, retornando à situação anterior ao ano de 2003, na forma prevista na Constituição. Essa PEC esteve parada por bastante tempo no Congresso Nacional, muito embora houvesse um documento onde todos os líderes partidários tinham indicado um representante para a Comissão Especial que deve analisar o projeto.

Uma proposta de emenda constitucional exige a instalação desta comissão, para que a análise previamente, antes mesmo de ir para a Comissão de Constituição e Justiça. Devem participar desse grupo especial representantes de todos os partidos com assento no Congresso Nacional. A indicação foi feita, mas a comissão não foi instalada. Por cerca de um ano ela esteve paralisada. No início deste ano, o Mosap conseguiu uma audiência com o vice-presidente da República, José Alencar. Nesta audiência, ele ligou diretamente para o presidente da Câmara, Michel Temer, fazendo um apelo pela instalação da comissão. Temer prometeu que dentro de 20 dias a mesma seria instalada. Realmente ele criou a comissão, mas ela ainda não se reuniu.

**Adverso: Qual é a expectativa em relação ao trabalho desse grupo?**

**Lucio Hagemann:** É de praxe em comissões deste tipo que o presidente ou o relator seja o proponente da matéria, que hoje é o caso do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Isso ainda não aconteceu, mas o governo já sinalizou, por meio de suas lideranças, 



que não abrirá mão nem da presidência, nem da relatoria. Isso é uma sinalização de que o governo não permitirá que essa matéria seja avaliada favoravelmente no Congresso Nacional.

**Adverso:** Qual é exatamente a função dessa comissão? Ela decide se o projeto deve ir ou não para análise na Comissão de Constituição e Justiça?

**Lucio Hagemann:** Sim, ela já tem um caráter de julgamento de admissibilidade, se bem que a formalização disso se dá na CCJ. O que essa comissão faz é dar as diretrizes para a aprovação, ou não, de qualquer proposta. Essa é a situação atual na qual se encontra a matéria. Existe no Senado uma proposta com teor semelhante que está aguardando o desfecho da PEC 555.

Há, ainda, uma outra proposta do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) de isentar da contribuição previdenciária aqueles servidores com mais de 70 anos com aposentadoria por doenças especiais. Estes, hoje já são isentos do Imposto de Renda. Mas o projeto de lei não tem tramitado, está engavetado.

**Adverso:** E o assunto na OEA está encerrado?

**Lucio Hagemann:** O advogado que patrocinou a causa junto à OEA tem pretensões de fazer um recurso, mas da parte do Mosap e da Unafisco não há interesse em prosseguir com a ação na

**“Creio que dificilmente esta matéria terá um desfecho em 2010. Até seria um período favorável, por se tratar de um ano eleitoral”**

OEA. A avaliação é de que é extremamente difícil que eles mudem de posição. Envolveria um gasto muito grande de energia e de recursos, pois se trata de uma ação muito cara, demandando viagens constantes de advogados até a Costa Rica ou a Washington para acompanhar o caso.

**Adverso:** Então, todos os esforços se concentram agora no Congresso?

**Lucio Hagemann:** Sim, nós ainda temos expectativas positivas quanto ao andamento das iniciativas no Congresso, mas sabemos que se trata de uma ação muito complexa, uma vez que já houve a sinalização governamental de não abrir mão da relatoria e da presidência da comissão. Apesar disso vamos prosseguir, pois entendemos se tratar de uma ação justa. Cabe lembrar que desde a implantação do serviço público federal de forma

organizada no Brasil nunca houve contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. Isso foi uma inovação criada pelo STF que sequer passou pelo Congresso Nacional. Houve um pedido da Advocacia Geral da União ao STF para avaliar a constitucionalidade ou não da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas. A relatora dessa matéria no Supremo foi a ministra Ellen Gracie que, no seu voto de relatora, julgou a cobrança inconstitucional, sendo acompanhada por outros dois juízes. Foi nesse pedido de vistas que acabou nascendo essa figura esdrúxula da possibilidade da cobrança a partir de um determinado limite. O STF acabou legislando, o que é algo muito estranho.

A fixação desse limite, se examinarmos a questão do ponto de vista do mérito, é razoável, na medida em que a média de remuneração dos servidores, especialmente do Poder Executivo, está um pouco abaixo dele, não atingindo a maioria da categoria. De qualquer forma, trata-se de uma violação de um princípio geral do Direito. Já no Legislativo e no Judiciário a média salarial é bem mais alta.

**Adverso:** O que essa ação envolve em termos de recursos?

**Lucio Hagemann:** Calcula-se que a soma das contribuições dos servidores aposentados e pensionistas seja da ordem de 1 bilhão de reais anuais. Na ação da OEA, pedia-se inclusive a restituição da cobrança já realizada. Na PEC 555, porém, não há previsão disso e nem há pretensão das entidades que a apóiam. Já haveria uma satisfação ao Direito se simplesmente fosse restabelecida a regra anterior com a supressão do desconto.

Creio que dificilmente essa matéria terá um desfecho em 2010. Até seria um período favorável, por se tratar de um ano eleitoral. O Poder Executivo tem bastante força nas duas casas do Congresso, apesar de ter sofrido agora duas derrotas na questão do aumento dos aposentados e do fator previdenciário. ▲





# Hospital Veterinário da Ufrgs é o terceiro maior do Brasil

**Figurando entre os centros-escola de atendimento a animais mais importantes do País, o local recebe cerca de 20 mil novos casos por ano. Mais de dez especialidades fazem do centro um dos mais completos da América Latina, beneficiando alunos, profissionais e, claro, pacientes e seus proprietários**

Por **Marianna Senderowicz**

Companheiros inseparáveis de seus donos, os animais de estimação estão cada vez mais presentes nos lares brasileiros, fazendo com que o País ocupe a segunda posição no ranking mundial de fornecimento de serviços veterinários. De acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos para Animais de Estimação (Anfalpet), no final de 2010, a quantidade de mascotes deve chegar a aproximadamente 78 milhões em território nacional. Para dar conta de uma demanda crescente e de exigências cada vez mais específicas, a medicina veterinária vem se desenvolvendo rapidamente no Brasil, sendo o Hospital de Clínicas Veterinárias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (HCV-Ufrgs) um dos mais importantes e procurados.

Funcionando há 54 anos na avenida Bento Gonçalves, o local dispõe de profissionais de 11 especialidades, além da clínica geral, e espaço para internamento de animais de diversas espécies. Segundo o professor Carlos Afonso de Castro Beck, vice-diretor da Instituição, 90% dos pacientes são cachorros e gatos, mas também são atendidos ali animais de grande porte e silvestres, categoria que vem ganhando destaque dentro da veterinária (segundo a Anfalpet, somente os pássaros de estimação já somam 17,5 milhões no Brasil). “Começamos a receber animais silvestres há quatro anos, e hoje é uma especialidade que atrai muitos profissionais”, explica Beck. ➤

Fotos: Suzana Pires





Anualmente, são efetuados cerca de 20 mil novos atendimentos no HCV-Ufrgs, os quais geram outros milhares de procedimentos e eventuais internações. "Temos 30 boxes para acomodar internados de pequeno porte, como cães e gatos, e 18 baias para equinos, bovinos, pequenos ruminantes (ovelhas e cabras, por exemplo) e suínos", conta o professor. Curiosos para muitos humanos e essenciais para quem considera seu animal um membro da família, os tratamentos são enquadrados em campos que mais lembram os de um complexo hospitalar humano, como traumatologia, oncologia e endocrinologia.

O corpo clínico envolve 15 médicos veterinários e 16 residentes, além de técnicos, estagiários e professores. "A cada ano, recebemos oito novos residentes, que podem optar por se aperfeiçoar em anestesiologia, clínica geral ou cirurgia", explica o vice-diretor. Os benefícios atingem todos os envolvidos: de um lado, animais contam com a possibilidade de tratamentos completos em um único lugar e com o conhecimento e a experiência de profissionais em constante atualização. De outro, alunos, professores e pesquisadores têm a oportunidade de vivenciar estágios curriculares, participar de atividades de pesquisa e se envolver em projetos relacionados à atividade.

Rafael Ferreira, doutorando em dermatologia veterinária na Ufrgs, se mostra satisfeito com o espaço e com as oportunidades geradas. "É fundamental para qualquer especialista unir o conhecimento teórico às atividades práticas, pois não adianta ter muito conhecimento se não puder aplicá-lo". Ele aponta que o centro é o terceiro maior do Brasil em movimento de pacientes, o que propicia aos profissionais uma casuística de destaque. Para democratizar o aprendizado vivenciado dentro do ambiente hospitalar, ele participa do projeto de Extensão Dermatovet, que integra alunos, residentes, técnicos e profissionais nas áreas de pesquisa, ensino e extensão.

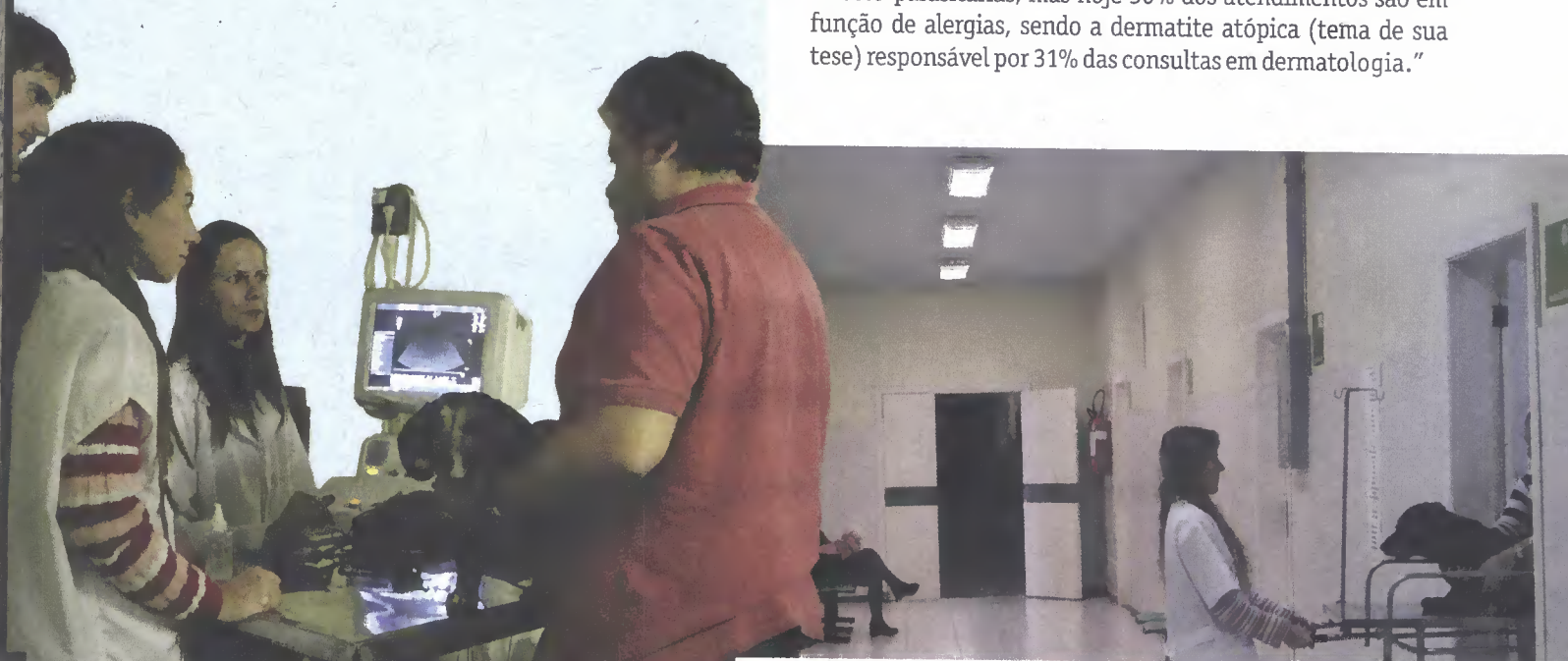
### Tecnologia a serviço dos animais

Em 2010, a medicina veterinária completa um século de existência no Brasil. Desde a criação do curso, pela Lei 8.319 de 20 de outubro de 1910, muitas mudanças puderam

ser observadas nos atendimentos, exames e diagnósticos. "A realidade era completamente diferente há 20 anos", lembra o professor Beck, constatando que hoje muitos mascotes são tratados como verdadeiros integrantes da família. Especializado em cirurgias minimamente invasivas, realizadas com a ajuda de microcâmeras, que utilizam os mesmos equipamentos de operações realizadas em pessoas, o veterinário chama a atenção para a proximidade de cada vez menor entre as ciências de saúde voltadas aos homens e aos animais.

De acordo com ele, até pouco tempo as cirurgias veterinárias eram concentradas em um único profissional, que respondia tanto pela anestesia, quanto pela operação. "Hoje, seguindo os moldes da medicina humana, temos verdadeiras equipes atuando em cada procedimento", destaca. Somente no caso das videocirurgias, que começaram a ser oferecidas no HCV há quatro anos, são pelo menos três procedimentos agendados por semana, inclusive para castrações. "Para animais de pequeno porte, geralmente são usados materiais pediátricos, devido ao tamanho do paciente. No caso de grandes espécies, os instrumentos são os mesmos utilizados em adultos", explica, ressaltando que se trata de uma operação quase sem cortes, que propicia uma recuperação bem mais rápida na comparação com cirurgias convencionais e um conforto incomparável no pós-operatório, tanto para o paciente quanto para o dono.

Além de contar com equipamentos cada vez mais modernos, a profissão tem gerado especialidades novas por exigência do mercado. No HCV, além da videocirurgia, elas incluem cardiologia, odontologia, dermatologia, oftalmologia, endocrinologia, oncologia, ortopedia, traumatologia, acupuntura, homeopatia e fisioterapia. A dermatologia é o setor mais procurado, somando, em média, 50 atendimentos por semana. Conforme Ferreira, que está se aperfeiçoando na área, essa é a especialidade que mais cresce dentro da medicina veterinária. "Problemas de pele representam 80% dos casos em clínicas, consultórios e pet shops", informa. O veterinário conta que as alergias são a principal moléstia. "Antigamente havia mais casos de doenças infecto-parasitárias, mas hoje 50% dos atendimentos são em função de alergias, sendo a dermatite atópica (tema de sua tese) responsável por 31% das consultas em dermatologia."



Enquanto um Dachshund faz ecografia (esq), outro cão é encaminhado para tratamento especializado, após passar pelo ambulatório (dir)



### Estrutura moderna para melhor atender

Propiciando mais qualidade ao serviço do hospital, reformas nos ambulatorios deram início a uma nova era em termos de infraestrutura. Em 2008, foi concluída a construção de dois novos blocos cirúrgicos, divididos em oito salas. No total, são 900 metros quadrados dedicados às operações, e novas reformas ainda aguardam licitação para serem iniciadas. "Antigamente, o hospital pecava um pouco em relação à estrutura física, mas hoje deu um salto nesse quesito", avalia o vice-diretor.

Outro ponto forte está no setor de fisioterapia, cada vez mais procurado para complementar tratamentos. Usados principalmente em casos de problemas de coluna ou nos membros locomotivos, tanques de água que já foram adquiridos servirão para que animais passem por sessões de exercícios sem traumas ou impactos. Pelos cálculos de Beck, os equipamentos devem começar a funcionar em junho.

### Trabalho social está incluso em alguns casos

Para assegurar a estrutura do hospital, o local não oferece consultas gratuitas. Mesmo assim, o vice-diretor salienta que ninguém deixa de ser atendido por não ter condições financeiras. "Infelizmente não há um sistema de saúde pública para os bichos, mas no HCV existe uma flexibilidade para pessoas de baixa renda, desde que isso fique comprovado", revela.

Entre as iniciativas voltadas à população carente estão os mutirões de castração, que acontecem todas as sextas-feiras. Aproximadamente dez animais são esterilizados a baixo custo, por semana, o que não apenas contribui para a redução dos bichos abandonados e para a saúde dos pets, como ajuda a promover maior conscientização social por meio de orientações aos proprietários. "No fim, acaba cooperando com a saúde pública, pois se reduzem as chances de proliferação de animais de rua e, com isso, a poluição e a eventual transmissão de doenças", analisa Beck.


Outro trabalho social acontece junto aos carroceiros de Porto Alegre e ilhas adjacentes. Chamado de Projeto de Atendimento a Proprietários de Equinos de Baixa Renda, o programa, que funciona com a ajuda de empresas parceiras, foi apelidado de Projeto Carroceiros e já tem cerca de 300 participantes. Há quatro anos, semanalmente, cavalos cadastrados junto à EPTC por seus donos recebem atendimento gratuito no hospital. Além disso, voluntários visitam ilhas pobres da periferia da Capital uma vez por mês, para acompanhar o tratamento dado aos equinos. Conforme Beck, são 12 animais por visita, e os casos mais graves podem ser removidos para o HCV. Juntamente com os tratamentos de saúde, os profissionais orientam carroceiros sobre manejo dos animais de modo a mantê-los saudáveis e sem sobrecarga, e informam sobre métodos de preservação de higiene e saúde.

O Laboratório de Análises Clínicas (LACVet), por sua vez, lançou o Programa de Cães Doadores de Sangue, que seleciona animais aptos a realizar esse tipo de procedi-



Boxer recebe tratamento de acupuntura

mento periodicamente. Em troca, oferece exames laboratoriais sem custo para os doadores. Apesar de não pertencer diretamente ao hospital, o LACVet e toda a parte laboratorial veterinária integram os serviços oferecidos na Ufrgs, recebendo, igualmente, alunos de graduação, mestrado e doutorado. No total, são quatro laboratórios divididos em análises clínicas, anatomia patológica, imunologia e virologia. O de patologia, por exemplo, é um dos seis laboratórios nacionais autorizados a realizar exames oficiais para controle da chamada Doença da Vaca Louca, que assombrou o mercado pecuário em 2008 e 2009. O local, que possui uma equipe de 30 profissionais e estudantes, recebe, em média, cinco estagiários por ano, de diversas universidades do Brasil, proporcionando maior intercâmbio de conhecimento na área.

Seja no espaço do hospital ou nos laboratórios, a Ufrgs dá provas de estar acompanhando as necessidades e evoluções do mercado veterinário e, ao mesmo tempo, proporciona a todo o seu corpo clínico e estudantes um verdadeiro centro de ensino prático e de responsabilidade social. 



Maioria dos pacientes do HCV-Ufrgs são cães e gatos, mas o local atende também animais silvestres e de grande porte



# União ameaça segurança jurídica dos servidores federais

Entre outros prejuízos, funcionários públicos têm seus direitos conquistados a partir de decisões judiciais ignorados pelo Tribunal de Contas, enquanto a Advocacia Geral da União exerce manobras que atrasam processos

Por Marco Aurélio Weissheimer

As principais ameaças aos direitos dos servidores públicos federais emanam de procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Advocacia Geral da União (AGU). A afirmação é do professor Ricardo Ferreira Pinheiro, diretor de assuntos jurídicos do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), que aponta vários casos e situações onde a insegurança jurídica manifesta-se concretamente.

No caso do TCU, Pinheiro lamenta que a Justiça venha, frequentemente, aceitando o que ele chama de "atitudes abusivas". Muitas vezes, explica, *a posteriori*, depois de o ganho salarial já ter sido eliminado do contracheque do servidor, a Justiça respalda os atos do Tribunal de Contas contra a coisa julgada, tornando-se responsável pela quebra da segurança jurídica, quando deveria ser sua guardiã. O TCU, prossegue o diretor do Proifes, constantemente ignora a coisa julgada, ou seja, o direito conquistado pelo servidor a partir de decisões judiciais transitadas em julgado, com a defesa da União esgotada em todos os seus limites, que são excessivos. "Ao ignorar a coisa julgada, o TCU determina aos administradores públicos cortar total ou parcialmente os ganhos consolidados, desrespeitando decisão judicial em plena vigência", critica.

Na avaliação de Pinheiro, os problemas com a Advocacia Geral da União não são menores. "A AGU, no caso dos servidores federais, pratica litigância de má fé. Abusa dos recursos assegurados pela lei, mas, nem sempre dentro dos limites dessa lei", diz.

Segundo ele, a AGU exerce manobras que terminam retardando "enormemente" o andamento dos processos. "Normal-

mente, na fase de conhecimento, protela seus andamentos pelo excesso de recursos, muitos desnecessários ou infundados. E, na fase de execução, que deveria ser rápida pois a decisão judicial já está tomada, o abuso é ainda maior", completa.

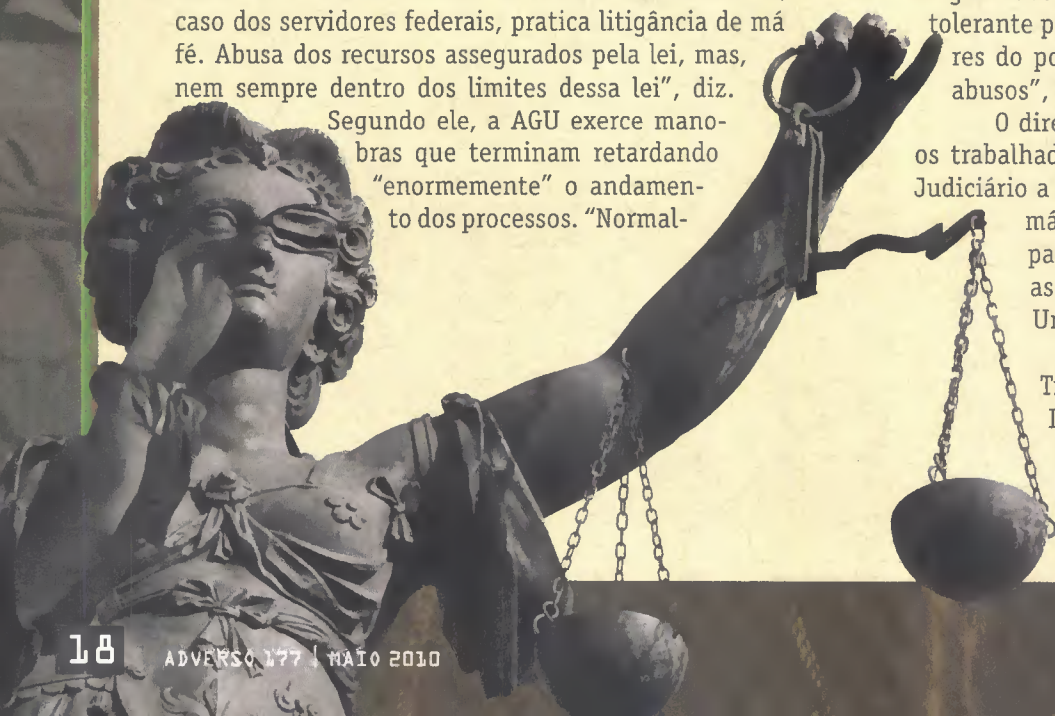
Dentre outras manobras utilizadas pela Advocacia Geral da União, Ricardo Pinheiro destaca que a mesma alega antecipação de pagamentos não ocorridos como forma de gerar conflitos de cálculos, declara a incorporação antecipada de ganhos, pedindo a compensação sobre os valores assegurados na ação transitada em julgado - como se tal debate não tivesse de ter ocorrido na fase de conhecimento - e se omite de manifestar-se no processo por anos, depois requerendo a anulação dos atos ocorridos à sua suposta revelia - mas, na verdade, por sua omissão.

## Uma luta injusta

A litigância dos servidores contra o Estado é extremamente desigual, segundo o diretor de assuntos jurídicos do Proifes. Ele adverte que a própria Justiça tende, no mérito das decisões, a confundir seu papel - que é o de fazer justiça - com o de defender o erário. "Em geral, as perdas causadas pelo poder público aos seus servidores são de grande monta, por atingirem muitos trabalhadores, e, geralmente os valores totais influenciam as decisões dos magistrados contra os mesmos. A Justiça também é tolerante para com as práticas protelatórias dos defensores do poder público, estimulando o aumento de tais abusos", assinala.

O diretor do Proifes lembra ainda que dificilmente os trabalhadores conseguem êxito ao requerer do poder Judiciário a punição da AGU pela prática de litigância de má fé, e, se isso acontece, origina um debate paralelo ao mérito da ação que amplia ainda mais as alternativas protelatórias dos defensores da União. Ou seja, não é um bom negócio.

No dia 10 de maio deste ano o Supremo Tribunal Federal (STF), em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade relatada pelo ministro José Antonio Dias Toffoli (ex-ministro da AGU), declarou nula a decisão do Tribunal





Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) de aplicar multa pessoal a um advogado da União, por considerar os embargos declaratórios propostos por ele em uma ação como de caráter exclusivamente protelatório. "É de se questionar, pelo menos, a inadequação do relator", afirma Pinheiro.

Enquanto isso, advogados defensores dos servidores têm sido punidos por questionar os procedimentos da AGU. Para piorar, os prazos estabelecidos pelo código de processo civil para o poder público são duplicados. "Isso amplia a desigualdade para com o servidor, sem falar que esses prazos são utilizados até seus últimos instantes", protesta. Pinheiro também interroga sobre os critérios de nomeação dos ministros dos tribunais. Somente no STF, atualmente há dois ex-ministros chefes da AGU: Gilmar Mendes e José Antonio Dias Toffoli.

### **Afronta à autonomia universitária**

No caso específico das universidades, Ricardo Pinheiro chama a atenção para a retirada dos procuradores dos quadros dessas instituições, como uma afronta à autonomia universitária. "A defesa das instituições de ensino superior envolve muitas especificidades e os advogados da União não estão preparados para atuar respeitando tais critérios, nem têm preparo para a compreensão de um ambiente onde se necessita praticar, com plena liberdade, a crítica e a produção do conhecimento, através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária", adverte. Segundo ele, estes profissionais atuam de forma linear, como se somente a defesa do erário devesse ser o objetivo de seu trabalho, muitas vezes causando graves prejuízos às funções sociais das instituições.

Além disso, o excesso de protelações sugere a realização de um estudo aprofundado até mesmo sobre a suposta defesa do erário, uma vez que, derrotado, anos depois o poder público tem sua dívida trabalhista significativamente ampliada.

### **O que o Proifes vem fazendo**

Para enfrentar esses riscos e ameaças, o Proifes criou a Diretoria de Assuntos Jurídicos e avançou na concepção de um fórum representado por advogados e diretores afins nas Associações de Docentes (ADs), para debater, propor e encaminhar lutas em defesa dos professores das instituições federais de ensino superior. "Desde a primeira reunião do nosso fórum jurídico sentiu-se que a insegurança era o maior problema na área. Daí, o fórum tem se preparado bastante, acumulado informações e conhecimentos, com o objetivo de superar esta dificuldade", relata Pinheiro.

Nesse sentido, foi promovido o Seminário sobre a Segurança Jurídica dos Direitos dos Servidores, junto com a Associação de Docentes da Universidade Federal

do Ceará (ADUFC), em outubro de 2009, na cidade de Fortaleza. O fórum também participou da organização de uma audiência pública, dia 25 de maio, na Câmara Federal, para debater todas essas dificuldades com os principais personagens que decidem acerca dessas questões. Para tanto, não apenas parlamentares e professores foram convidados, como também servidores públicos federais - em geral, advogados, membros do Poder Judiciário, representantes do TCU, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da AGU, do Ministério do Planejamento e das centrais sindicais.

A iniciativa de promover a audiência partiu da deputada Fátima Bezerra (PT/RN), que coordenou os trabalhos. O Proifes investiu fortemente na preparação deste evento em conjunto com as ADs filiadas e parceiras. Essas, organizaram-se para se fazer representar em grande número e promoveram uma reunião preparatória, dia 24 de maio, para debater o papel de cada uma no encontro.

### **Desafios para o futuro**

Na avaliação do diretor de assuntos jurídicos do Proifes, o encontro, além de ter sido um momento privilegiado para se debruçar sobre um problema grave, também representou um importante passo de toda a organização sindical da área pública brasileira no sentido de unir-se em torno de ações proativas de seu máximo interesse. "É mais um marco da entidade em seu estilo de atuação crítico e responsável", comentou, destacando, que isto é fruto da consciência de que a complexidade da questão da segurança em termos jurídicos impõe que haja preparação de todos para a compreensão de suas nuances.

A solução para a segurança jurídica nos direitos dos servidores públicos federais não se dará por um único encaminhamento. Pinheiro aponta alguns dos principais desafios que devem ser enfrentados. Entre eles, será necessária a revisão do código de processo civil para corrigir os mecanismos que venham garantir a igualdade de acesso à Justiça por parte dos servidores e do Estado. Adoção de posturas republicanas de respeito aos princípios de zelo pelo erário, à coisa julgada, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido, pautado no princípio da segurança jurídica, por parte de todos os envolvidos é outro item a ser buscado. "O poder Judiciário deve ser o principal responsável pela guarda desses princípios", diz Pinheiro.

A atuação do poder Executivo - tanto no que diz respeito às práticas da AGU, quanto aos atos executivos que de fato concretizam as ameaças aos direitos dos servidores - e do poder Legislativo (este, não apenas quanto a revisões ou inovações legislativas, mas também quanto aos procedimentos do TCU), o respeito à autonomia das universidades e o respeito e a valorização do profissional servidor do Estado também merecem destaque na lista de objetivos a serem buscados. (A)



## Ufrgs e Hospital de Clínicas oferecem curso de Imunologia à distância

Este ano, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Famed/Ufrgs) e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) promovem duas edições do curso Imunologia Básica e Avançada, de extensão universitária à distância. Voltado para médicos, biólogos, bioquímicos, biomédicos e estudantes de graduação e pós-graduação, o curso, que terá quatro meses de duração, será ministrado pelo professor doutor Luiz Fernando Jobim e pela equipe do Serviço de Imunologia do HCPA.

A primeira etapa inicia em junho e a segunda está prevista para outubro. Organizado em forma de módulos disponibilizados na rede cooperativa de aprendizagem, o curso avaliará os alunos regularmente pela internet. Ao final, os participantes receberão o diploma de Extensão Universitária da Ufrgs.

Inscrições podem ser feitas através do site <http://www.dnareference.com.br/cursodeimunologia>.

## Adufrgs comemora aniversário em junho

Em plena ditadura militar brasileira, professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) decidiram formar uma organização que, além de defender direitos da categoria, lutaria, ao lado de parte da população, contra o poder dos militares. Assim, no dia 17 de junho de 1978 nasceu a Associação dos Docentes da Ufrgs (Adufrgs), que em 2008 tornou-se Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior de Porto Alegre (Adufrgs-Sindical).

Outras entidades surgiram no final da década de 70 e, para coordenar esse crescente movimento nacional, em 1980, foi criada a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes). Progressão salarial, mais verbas para as universidades e melhorias na carreira docente estavam entre as lutas.

O presidente da Adufrgs, Cláudio Scherer, lembra que as primeiras mobilizações resultaram em uma nova carreira para os professores das universidades federais

brasileiras. "É a mesma que se tem hoje, porém, com algumas modificações", declara.

Em 2004, descontente com a postura assumida pela Andes de dar mais importância aos partidos políticos do que para as universidades e seus professores, um grupo de docentes fundou o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes). Em 2006 a Adufrgs filiou-se ao Proifes e, há dois anos atrás, desligou-se da Andes, tornando-se sindicato.

Scherer ressalta que a Adufrgs participa intensamente das lutas nacionais. "Recentemente conquistamos, através de negociações entre o Proifes e MPOG, melhorias na carreira docente e reajuste salarial. Essas vitórias mostram que nossas negociações obtêm sucesso", comemora o presidente da Entidade. Para ele, o principal papel da Adufrgs é organizar mobilizações a fim de defender os direitos da categoria, "tanto dos professores ativos, quanto dos aposentados", afirma.





## Curso de extensão visa combater o racismo

Desde maio, o segmento Educação à Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) tem um novo curso de extensão. Coordenado pela professora Sandra de Deus, o estudo Procedimentos Didático-Pedagógicos Aplicáveis em História e Cultura Afro-Brasileira visa a formação de professores da Educação Básica e atende à lei que estabelece obrigatoriedade no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.

Entre os objetivos, estão as propostas de refletir sobre a constituição da sociedade brasileira, compreender e valorizar a história e a cultura negra e construir uma programação de ensino que contemple conteúdos e práticas didático-pedagógicas que privilegiem a diversidade, contribuindo, assim, para o combate ao racismo. Além disso, a formação visa fortalecer o vínculo entre a Universidade e as escolas parceiras do Programa de Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, desenvolvido pela Instituição desde 2003.

Cerca de 500 professores das redes municipais de ensino de Porto Alegre, Cachoeirinha, Esteio, Novo Hamburgo, Gramado, Alvorada, São Leopoldo e Sapucaia do Sul, instituições da sociedade civil e entidades do Movimento Negro participam do curso, previsto para terminar em dezembro deste ano.

## Estudo da Ufrgs sobre a reutilização de águas se destaca na Fiema

O trabalho Técnicas para Tratamento e Aproveitamento de Águas Ácidas Residuais da Mineração de Carvão, desenvolvido pelos professores Renato Dantas Rocha da Silva e Jorge Rubio, do Laboratório de Tecnologia Mineral e Ambiental, do Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), conquistou o primeiro lugar na categoria Tecnologia Ambiental, da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente (Fiema), em Bento Gonçalves (RS).

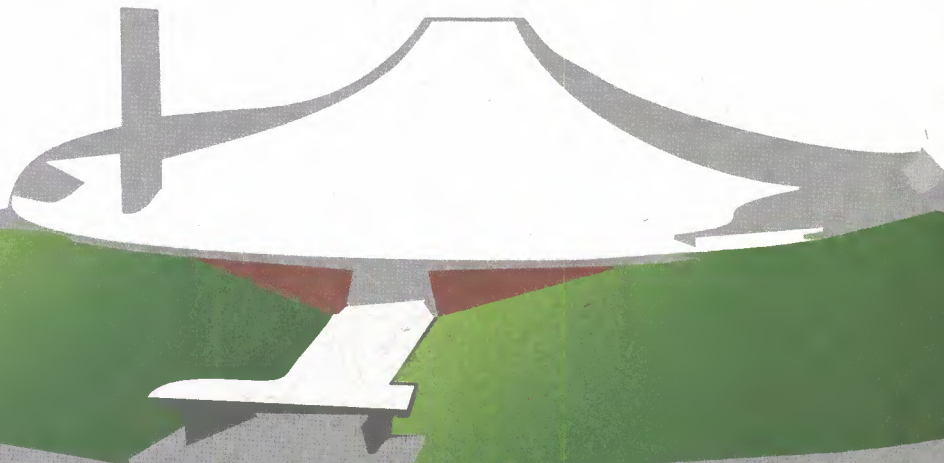
Além de abordar a reutilização de águas ácidas residuais da mineração, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o estudo inclui históricos sociais, ambientais e técnicos, detalhando a contribuição da pesquisa universitária e o apoio do setor produtivo nesses trabalhos. A aplicação de recentes patentes do grupo e o desenvolvimento de técnicas inéditas para a remoção de poluentes gerados pela indústria da mineração também são pontos importantes da pesquisa.

## Reforma do Araújo Vianna sai do papel

O cercamento da área de trás do auditório Araújo Vianna, fechado desde 2005, revela que a tão esperada reforma começa a sair do papel. A obra é de responsabilidade da empresa Opus Promoções, que em 2007 venceu licitação pública para a reconstrução do local.

Além de vida útil de 40 anos, o espaço ganhará cobertura acústica fixa em madeira, poliuretano expandido e resina impermeável, vedação no forro, fechamento das laterais, climatização, ampliação do palco e troca das cadeiras. O entorno também será revitalizado, chegando, inclusive, ao limite das quadras esportivas do Parque Ramiro Souto. A Sala Radamés Gnattali deverá ser usada em oficinas e workshops e há, ainda, a intenção de construir o Acervo do Auditório Araújo Vianna.

O espaço original foi inaugurado em 1927, onde hoje se encontra a Assembleia Legislativa. Em 1964, o Araújo Vianna foi transferido para o Parque Farroupilha, mas, só em outubro de 1996, com um show de João Gilberto, foi inaugurada a cobertura, que perdeu a validade em 2002.





# biblioteca.universia.net

O site Universia é uma biblioteca virtual. Por meio do link <http://biblioteca.universia.net> é possível encontrar informações sobre temas variados, como sociologia, lógica, ciências da vida e direito. A Biblioteca Universia de Recursos de Aprendizagem tem como objetivo a consulta e difusão de recursos públicos pertencentes a coleções de instituições de diversos países. Através da seção directorio, o visitante escolhe o tema a ser pesquisado, que pode, ainda, ser dividido em outros sub-temas, possibilitando uma investigação mais direcionada. Além disso, o site dispõe de um buscador avançado, que realiza buscas por título, autor ou palavras chaves. Seguidamente, o conteúdo da Biblioteca é revisado e novos recursos são incorporados ao portal.



# www.camarapoa.rs.gov.br

No site da Câmara Municipal de Porto Alegre os cidadãos têm acesso à toda legislação municipal, além da agenda dos vereadores e informações sobre processos e licitações. Notícias sobre sessões plenárias, comissões e concursos também podem ser encontradas na página.

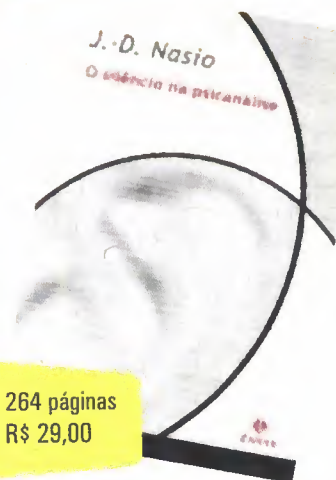


# www.direitonet.com.br

O direitonet é um site de conteúdo jurídico, com petições, testes, resumos, contratos, roteiros, jurisprudência, legislação e colunas voltadas para o tema. No portal, os cidadãos podem obter informações completas de assuntos do gênero.







264 páginas  
R\$ 29,00

## O Silêncio na Psicanálise

Autor: Juan David Nasio

Editora: Jorge Zahar

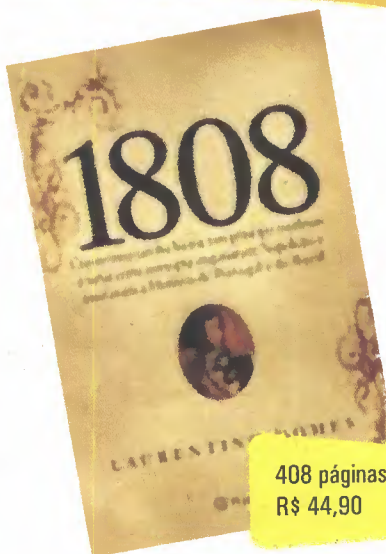
O mutismo da criança autista, as pausas do psicanalista, o paciente quase sem palavras e o processo silencioso do trabalho de luto são alguns dos temas tratados nesse livro, que reúne parte das exposições e debates realizados em junho de 1985, nos Seminários Psicanalíticos de Paris, com profissionais de diversas correntes de pensamento, como Theodor Reik, Sophie Morgenstern - apresentada por Françoise Dolto -, e Robert Fliess.

## 1808

Autor: Laurentino Gomes

Editora: Planeta do Brasil

'1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil' é o relato sobre um dos principais momentos históricos brasileiros. O propósito deste livro, resultado de dez anos de investigação jornalística, é resgatar e contar a história da corte lusitana no Brasil e tentar devolver seus protagonistas à dimensão mais correta possível dos papéis que desempenharam duzentos



408 páginas  
R\$ 44,90



398 páginas  
R\$ 74,00

## Arquitetura Contemporânea no Brasil

Autor: Yves Bruand

Editora: Perspectiva

O livro de Yves Bruand apresenta um estudo sobre o conjunto dos promotores do movimento arquitetônico brasileiro. Warchavchik, Niemeyer, Lúcio Costa, Reidy, Rino Levi, Artigas e outros são objetos de análises rigorosas com respeito a suas realizações individuais e suas participações em conjuntos como o Ministério da Educação, Pampulha, Brasília - bem como no tocante à contribuição e à significação deste trabalho para o processo artístico e cultural que os integra.





# Projeto na área da saúde recruta docentes e servidores voluntários

Participantes colaboram com pesquisas, através de exames gratuitos e entrevistas sobre hábitos de vida

Por Luana Dalzotto

A fim de contribuir com o conhecimento científico e prevenir doenças crônicas no Brasil, mais especificamente diabetes, obesidade e doenças cardiovasculares, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) participa, desde agosto de 2008, do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa Brasil). Nele, o estado de saúde de docentes e servidores da Instituição é acompanhado através de entrevistas e exames. As pesquisas para análises são realizadas com voluntários com idades entre 35 e 74 anos.

O estudo inicia com uma entrevista sobre hábitos alimentares e de vida do participante. Em seguida, são feitos exames como eco-cardiograma, ultra-sonografias de carótida e de fígado, bioquímica sanguínea e eletrocardiograma. "Todos os procedimentos são gratuitos e realizados em equipamentos de última geração", revela a coordenadora do Elsa no Estado, Maria Inês Schmidt, professora da Pós-Graduação de Epidemiologia da Faculdade de Medicina da Ufrgs. Após concluída todas as fases, o voluntário é procurado uma vez por ano para informar sobre possíveis alterações em sua saúde, e, a cada três anos, para refazer os exames.

Também fazem parte do projeto outras cinco instituições públicas do País, entre elas, a Universidade de São Paulo (USP), que foi a primeira a aderir ao Elsa e irá estudar a saúde de cerca de cinco mil servidores. No final de março, o Elsa Brasil alcançou 73% da meta total de voluntários. Isto é, mais de 15 mil servidores brasileiros estão realizando atualmente exames gratuitos e entrevistas em um dos seis Centros de Investigação (CI) do Projeto Elsa.

O CI da Ufrgs funciona no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, onde, em maio deste ano, mil servidores e docentes finalizaram o estudo. O objetivo agora é acompanhar a saúde de outros mil funcionários, atingindo a meta de dois mil participantes.

Conforme Maria Inês Schmidt, o número de voluntários que apresentam quadro de diabetes e obesidade é maior, em


relação aos que possuem doenças cardiovasculares. "No relatório de abril, 10% dos examinados foram diagnosticados com quadro de diabetes, e 15% estavam obesos", revela.

Apesar de acompanhar e incentivar o Elsa desde o seu início, o professor Waldomiro Carlos Manfro, coordenador da Pós-graduação Educação e Saúde da Faculdade de Medicina da Ufrgs, tornou-se voluntário somente em janeiro desse ano. Mesmo assim, ele garante que a adesão ao projeto já está surtindo efeitos. "A primeira bateria de exames verificou que eu estava acima do peso. Eu já sabia, mas a constatação me incentivou a iniciar uma dieta", declara.

Além dos benefícios para a própria saúde, Manfro destaca a importância do estudo para o Brasil. "O Elsa dará a dimensão real dos nossos problemas em relação à obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, e daqui há 10 anos teremos dados valiosos sobre essas enfermidades", afirma.

Ao contrário de Manfro, a professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Social da Ufrgs e Pró-Reitora de Extensão, Sandra de Deus, foi uma das primeiras voluntárias do projeto. Em setembro desse ano, ela repetirá todos os exames para saber se houve alguma alteração em seu estado de saúde. Para ela, esse é o principal ponto do Elsa. "O mais importante é o acompanhamento que recebemos por meio das revisões, durante um bom período", opina. Sandra destaca também a colaboração do estudo na produção de conhecimento em relação à saúde da população adulta, já que a pesquisa acompanha pessoas acima dos 35 anos.

Professores e servidores interessados em participar podem preencher a ficha de contato que está disponível no site [www.elsa.org.br](http://www.elsa.org.br)

Mais informações, podem ser obtidas pelo telefone (51) 3359 6304. 



# Universidade realiza projeto inédito a favor da natureza

**Atividades promovidas por grupo de pesquisa da UFCSPA buscam caminhos para superar crise ambiental**

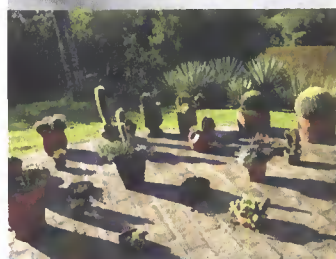
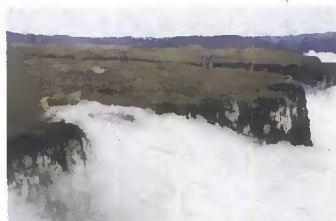
Por Luana Dalzotto

Um projeto inédito no Brasil, que visa integrar universidade, ensino médio e comunidade em prol do meio ambiente, foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa do Laboratório de Estresse Oxidativo e Poluição Atmosférica da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Motivado pelo interesse de professores da rede pública da Capital pela questão ambiental, o grupo concebeu o estudo Conhecendo a Qualidade do Ar Através da Educação Ambiental, que teve sua primeira etapa no começo deste ano, com a implementação da disciplina optativa de Educação Ambiental - projeto piloto, que ocorre na própria Universidade.

A fase inicial do projeto promoveu, no mês de maio, quatro palestras com temas focados na fauna local, em metodologias de educação ambiental, e na arte como ferramenta de educação para a sensibilização da questão do meio ambiente.

O trabalho abrange, ainda, outras três fases. A professora Cláudia Ramos Rhoden, coordenadora do projeto, explica que a ideia é agregar, ainda, nove escolas estaduais das zonas norte e sul da cidade, além de expandir a atuação na comunidade. Cláudia afirma que há também o objetivo de incluir a cadeira de Educação Ambiental no currículo da Instituição.

A fim de alertar para a importância da qualidade do ar, a segunda etapa do projeto compreende a inauguração de uma mostra fotográfica e de uma peça teatral. A exposição No Stress Oxidativo, em cartaz desde maio no Espaço de Exposições da UFCSPA, reúne imagens da Mata Atlântica e do Rincão Gaia, produzidas pela equipe da agência de fotógrafos Câmera Viajante. De junho a novembro, o anfiteatro Jorge Escobar Pereira Lima receberá duas apresentações mensais do espetáculo Do




Fotos: Câmera Viajante

Outro Lado do Buraco, da Companhia Teatral Ato Espelhado, que retrata o tema da separação e do reaproveitamento do lixo. Ambas atividades serão abertas ao público e gratuitas.

Para o jornalista Christian Lavich Goldschmidt, curador da programação, a ecologia encontra espaços na cultura contemporânea e "tanto as fotos da natureza, quanto o espetáculo de teatro, funcionam como estímulo para a preservação ambiental, valorizando a temática, sem se deter em discursos ecológicos já desgastados".

O projeto, em sua terceira etapa, irá disponibilizar para 15 alunos da disciplina a participação em três cursos de educação ambiental. As atividades, executadas no Rincão Gaia, compreenderão aulas teóricas e práticas, somando um total de 60 horas.

Realizar um diagnóstico do ambiente escolar e seu entorno, em parceria com professores, funcionários e alunos de colégios públicos, através do Programa de Educação Ambiental Contínua, é a proposta da quarta etapa do projeto, prevista para acontecer no segundo semestre de 2010. A partir daí, serão realizados mutirões, a fim de concretizar melhorias, como a criação de canteiros e a implementação da separação do lixo nas escolas e comunidades próximas. Goldschmidt explica que uma de suas preocupações foi beneficiar as instituições de ensino público, uma vez que as mesmas são parceiras do grupo de pesquisa da UFCSPA.

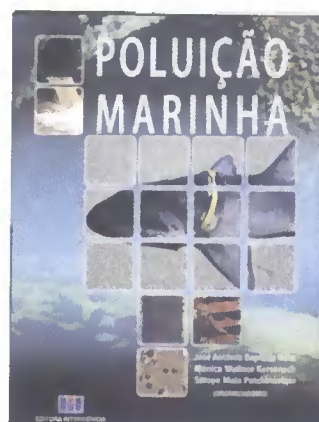
O curador elogia a ação e ressalta que o projeto do grupo de pesquisa aponta novos caminhos para a superação da atual crise ambiental, e promove a interlocução entre universidade, escolas e comunidade, mesclando informação e arte. 





## + 1 Site

O WWF-Brazil é uma organização não-governamental dedicada à conservação da natureza, cujo objetivo principal é harmonizar a atividade humana por meio da manutenção da biodiversidade. Promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações também está entre as lutas da organização, originada em Brasília e integrante da WWF - a maior rede independente de preservação da natureza, com atuação em mais de 100 países e apoio de cerca de cinco milhões de pessoas, incluindo associados e voluntários.



## + 1 Livro

Poluição Marinha é fruto da experiência de um grande grupo de pesquisadores atuantes, voltados para o ensino de graduação e pós-graduação neste ramo da Oceanografia. A publicação apresenta os principais problemas relacionados à poluição marinha, utilizando-se de exemplos internacionais e brasileiros.

O livro foi organizado por José Antônio Baptista Neto, Mônica Wallner-Kersanach e Soraya Maia Patchinelam, e lançado pela Editora Interciência.



